



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681236 - CE (2021/0225555-6)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : JULIO CESAR SANTANA SANTOS  
**ADVOGADO** : JULIO CESAR SANTANA SANTOS - CE037722  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : MARIA LUANA ARAUJO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : BRUNO ADSON DA SILVA PONCIANO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIA LUANA ARAUJO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0626165-61.2021.8.06.0000).

A paciente foi presa em flagrante delito pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II (16 vezes), c/c o art. 69, ambos do Código Penal.

Sustenta o impetrante o excesso de prazo para a formação da culpa, argumentando que a acusada encontra-se presa há mais de 1 ano e 11 meses sem previsão para o término do processo criminal.

Assevera que não houve a revisão da prisão preventiva no prazo máximo de 90 dias, conforme determina o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Alega a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, defendendo também a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura ou a aplicação de medidas alternativas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, cumpre esclarecer que, por ocasião do julgamento da Suspensão de Liminar n. 1.395 – que suspendeu a eficácia da liminar deferida pelo Ministro Marco Aurélio no HC n. 191.836 –, o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, fixou o entendimento de que a inobservância da reavaliação no prazo de 90 dias previsto no art. 316, parágrafo único, do CPP não implica a revogação automática da prisão preventiva. O juiz competente deve ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente